

GOVERNO . . .

(Conclusão da 1.ª pag.)
volume de matérias primas de que vai necessitar. Assim, a Fundação também será compradora".

ECONOMIA DE RECURSOS

Este ano, embora até então sem estar instituída juridicamente, e com sua futura unidade central (recentemente inspecionada pelo chefe do Executivo) passando por ampla reforma e sem seu equipamento completo, no Laboratório Central da FURP (antigo órgão farmacêutico da Pasta da Saúde) já propiciou ao Estado uma economia de Cr\$ 300 mil com a produção de remédios essenciais, como sulfas, aspirinas, novalgins, complexo B e outros.

Para 1973, segundo informou o titular da Secretaria da Saúde, Getúlio Lima Jr., esse laboratório, funcionando a plena capacidade, produzirá diariamente 1 milhão de comprimidos, 60 mil ampolas de até 10 ml, 2 mil frascos de soro de até 500 ml, 80 mil drágeas, 20 mil vidros de líquidos diversos (xaropes, colírios e outros) e 5 mil frascos de pomadas. O custo industrial desses medicamentos será até 60 por cento mais baixo.

Com a modernização dos equipamentos da unidade, essa produção podera ser duplicada para atender à demanda.

Os outros nove laboratórios farmacêuticos oficiais e alguns privados, como as unidades de Bauru e de São José do Rio Pardo, da Federação das Misericórdias (Santas Casas), irão incorporar-se à rede produtiva da FURP, mediante convênios.

O trabalho passará a ser adequadamente programado e coordenado pela FURP, visando à racionalização para mais eficiente utilização da capacidade instalada e dos recursos existentes. "Só um desses laboratórios chegou a trabalhar com uma linha de produção de 346 tipos diferentes.

MEDICAMENTOS

Os medicamentos básicos produzidos pela FURP serão fornecidos ao Estado a preço de custo industrial. Por outro lado, mediante acordo que deverá ser celebrado com a Central de Medicamentos — CEME — do Governo Federal, a Fundação ainda poderá abastecer os Estados de Mato Grosso e do Paraná.

O secretário Getúlio Lima Jr. esclareceu que "não haverá necessidade de uma quantidade ilimitada de remédios, pois a terapêutica requer, na verdade, pequeno número de medicamentos básicos e específicos, cientificamente selecionados. "Tais medicamentos — acrescidos — incluem analgésicos, sedativos, antibióticos, quimioterápicos, antissépticos, pomadas de uso geral e oftálmicas, ferruginosas, antianêmicos, vitaminas, corticóides, vermífugos e tranquilizantes".

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Ao ser lavrada a escritura pública da FURP, o Governo do Estado concluiu a adoção de uma série de medidas legislativas e jurídicas tendentes à criação e instituição da entidade. Com efeito, o governador Laudo Natel, já abriu, através da Secretaria da Saúde, crédito especial de Cr\$ 5 milhões para a integralização de seu capital e liberou mais Cr\$ 1,5 milhão para a reforma do prédio localizado à rua Paula Souza, 166, onde irá funcionar. Além disso, o orçamento da Pasta, para 1973, consigna verba de Cr\$ 5 milhões para as atividades industriais da FURP.

Em seguida, a Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, as Secretarias da Saúde, da Promoção Social e da Fazenda, bem como o Hospital das Clínicas apresentaram listas quintuplas contendo nomes de técnicos de reconhecida idoneidade para serem escolhidos pelo governador Laudo Natel. O chefe do Executivo indicará 7 especialistas que irão compor o Conselho Deliberativo da Fundação e os respectivos suplentes. A FURP será administrada por esse Conselho, de caráter normativo, e por um superintendente, de livre nomeação do governador, com função executiva.

Caberá, então, ao Conselho Deliberativo, elaborar o regulamento da Fundação, fixar o seu programa de atividades para cada exercício, estabelecer diretrizes básicas, realizar estudos sobre o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades da instituição e examinar e aprovar os programas de trabalho.

O superintendente, por seu turno, dará cumprimento às deliberações do Conselho, promovendo todo o trabalho executivo relativo à função.

SEGURO RURAL PAULISTA PODE SER MODELO PARA BOLIVIANOS

Para conhecer a experiência do Seguro Rural em São Paulo e interagir-se de seu atual estágio e dos planos para seu desenvolvimento, chegam hoje a esta Capital autoridades do Banco Central da Bolívia.

Rosendo Soruco e Eduardo Rodriguez, dirigentes do Banco Central da Bolívia, serão recebidos às 10 horas na sede da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo, cujos diretores farão uma exposição sobre a atuação da empresa, que emprega modernas técnicas administrativas, equipes especializadas, sistemas de computadores e outros equipamentos que permitem alto desempenho e crescente produtividade a custo baixo.

A EXPERIENCIA

São Paulo foi o primeiro Estado a implantar o sistema do Seguro Rural no Brasil, procurando desde então ampliá-lo constantemente.

Um dos problemas básicos encontrados em todo o mundo no setor é que o alto índice de sinistralidade não permite ao Seguro Rural a necessária rentabilidade para a operação de empresas puramente particulares.

Em São Paulo, optou-se pela criação de uma empresa com controle acionário do governo — a COSESP — operando também em outras carteiras de seguro, em bases nitidamente comerciais, o que lhe tem permitido não apenas a sustentação operacional mas também a ampliação de trabalhos em favor do homem do campo.

Com o financiamento e a assistência técnica ao plantador, o Se-

ESTADO E SENAI . . .

(Conclusão da 1.ª pag.)
(Curso Técnico de Cerâmica, 64 vagas, Rua Niteroi, 108, São Caetano do Sul); Colegio Industrial de Artes Gráficas "SENAI — União — Prefeitura" (Curso Técnico de Artes Gráficas, 108 vagas, Rua Bresser, 2315, Mocoça); Colegio Industrial "Roberto Simonsen" (Curso Técnico de Maquinas e Motores, 72 vagas, Rua Monsenhor Andrade, 298, Brás); e Colegio Industrial SENAI (Curso Técnico de Metalurgia, 72 vagas, Rua Ari Barroso, 305, Osasco).

A Secretaria da Educação comunicou aos diretores das escolas de 1.º grau onde funcionam classes de 8.ª série, que deverão esclarecer e orientar os alunos quanto às oportunidades oferecidas por esses cursos e recomendar entendimentos dos diretores com seus colegas do SENAI e programação de visitas às escolas mantidas pelo Departamento Regional do SENAI.

PREOCUPAÇÃO DO GOVERNO PELO PROBLEMA DO MENOR

Os 25 juizes de menores que estão participando de encontro nacional nesta Capital foram recebidos em audiência pelo governador Laudo Natel, na manhã de ontem, no Palácio dos Bandeirantes.

Acompanhados pelo secretário da Justiça, Oswaldo Muller da Silva, os juizes transmitiram ao chefe do Executivo agradecimentos pelo apoio que o Governo estadual, através da Pasta da Justiça, empresta ao certame. Informaram que o V Encontro Nacional de Juizes de Menores conta com a participação de representantes de todos os Estados brasileiros, reunidos desde anteontem em São Paulo, e que estará sendo debatido, até amanhã, o tema "A Especialização nos Juizados de Menores".

ESFORÇOS

O governador Laudo Natel assinalou aos participantes do encontro, na ocasião, o esforço que a atual administração paulista vem desenvolvendo em várias áreas no sentido de amparar o menor. Disse que o problema preocupa especialmente o Governo do Estado, em virtude das características que assume na região da Capital. O grande desenvolvimento industrial da área metropolitana, que se constitui num atrativo, provoca uma intensa migração do Interior e de outros Estados para a Capital e, em consequência, gera o marginalismo social. Destacou que a população de São Paulo aumenta na média de 400.000 habitantes por ano e que o Governo, atento à problemática do menor, tem procurado adotar medidas objetivas para assisti-lo, ampará-lo através de instituições especializadas, oferecendo-lhe condições de educação e de profissionalização para que possa integrar-se socialmente.

Finalizando, o chefe do Executivo sublinhou que um congresso como o que se desenvolve em São Paulo, e que reúne autoridades intimamente relacionadas ao menor, traz novas esperanças e certamente oferecerá, com as teses que são discutidas, subsídios fundamentais para a atenuação do problema.

O CERTAME

O V Encontro Nacional dos Juizes de Menores foi instalado anteontem na Câmara Municipal e terminará amanhã, quando os participantes divulgarão, sob a forma de recomendações, os resultados gerais dos debates.

Coordenado pelo Juiz de Menores da Capital, Artur de Oliveira Costa, o encontro visa à especialização do pessoal dos Juizados e estuda fórmulas para a sua melhoria e para a uniformização dos procedimentos nos Juizados. A delegação paulista vai apresentar trabalho sobre a especialização do pessoal técnico e administrativo e proporá que os Juizes passem a considerar o aspecto social de cada caso estudado, em vez de se restringirem apenas ao estudo do aspecto legal.

Além dos representantes de todos os Estados, toma parte no encontro o presidente do Tribunal de Menores de Paris, Gaston Fedou, que também preside a Associação Internacional de Juizes de Menores e que fará exposição sobre os processos de especialização nos Juizados franceses.

guero Rural forma no Estado o tripé no qual o governo baseia os seus programas de apoio à produção agrícola.

OUTROS CONTATOS

Os representantes do Banco Central da Bolívia que chegam hoje a São Paulo visitarão amanhã o Instituto Agronômico de Campinas e a Coordenadoria Técnica Integral da Secretaria da Agricultura do Estado. E sexta-feira manterão contatos, de manhã, com o secretário estadual Ciro Albuquerque, do Trabalho e Administração, pasta à qual está vinculada a COSESP, e à tarde com o secretário da Agricultura do Estado, Rubens Araujo Dias.

Em seguida, viajarão para a Guanabara, onde completarão estágio iniciado no Instituto de Resseguros do Brasil, na Superintendência de Seguros Privados e no Banco Central do Brasil.

ENCERRADO CURSO NO DAPE

Com a presença do Secretário do Trabalho e Administração, Ciro Albuquerque, o Departamento de Administração de Pessoal do Estado encerrou mais um treinamento para servidores públicos.

Através dos Cursos de Aperfeiçoamento da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do DAPE, 144 participantes das Secretarias de Economia e Planejamento, Fazenda, Justiça e Trabalho e Administração, completaram treinamento em Ações Administrativas e a Redação Oficial e Legislação de Pessoal.

Em suas palavras disse o sr. Ciro Albuquerque "o aperfeiçoamento do servidor é a melhor arma do Estado para a produtividade e desenvolvimento".

Terreno para nova sede do Instituto de Física Teórica

Foi sancionada ontem pelo governador Laudo Natel lei que autoriza a Fazenda do Estado a conceder, gratuitamente e pelo prazo de 30 anos, uso de terreno situado nesta Capital e destinado à construção da nova sede do Instituto de Física Teórica.

O imóvel, localizado na Vila Dalva, tem área de 36.944 metros quadrados. Da escritura deverão constar cláusulas, termos e condições que assegurem sua efetiva utilização para o fim a que se destina.

RECEBIDO . . .

(Conclusão da 1.ª pag.)
e do apoio que tem sido dado à agricultura, atendendo às determinações do governador Laudo Natel.

O senador Filinto Muller estava acompanhado do deputado Salvador Julianelli; dos deputados federais Adhemar de Barros Filho e Arnaldo Prieto; do coronel Geraldo Martins, chefe do escritório de Mato Grosso em São Paulo; e do major Alberto Fernandes da Silva.

JANTAR

A noite, o senador Filinto Muller e senhora participaram de um jantar íntimo oferecido, no Palácio dos Bandeirantes, pelo governador Laudo Natel e senhora. Estiveram presentes, também, o deputado federal Arnaldo Prieto e o deputado estadual Salvador Julianelli e senhora.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DIÁRIO OFICIAL

Diretor Superintendente
Wandyck Freitas
REDAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO
E OFICINAS
RUA DA MOCCA, 1921
TELEFONES:

Superintendência .. 92-2863
Dir. Administrativa 292-3637
Dir. Comercial 92-3024
Redação 93-0484

REDE INTERNA - PABX:
93-5186 — 93-5187
93-5188 — 93-5189
93-5180 — 92-3020
92-3238 — 93-0490

AGÊNCIA CENTRAL (Publicidade)
Rua Maria Antônia, 294
Telefone: 256-7232

DIRETORIA DE ARTES GRÁFICAS
R. DOS ESTUDANTES, 394.
Diretoria 278-3543
Oficinas 278-0644

ASSINATURAS
"Diário do Executivo"
"Diário da Justiça"
"Diário de Ineditoriais"
Cr\$
Anual (cada edição): 110,00
Semest. (cada edição) 55,00

VENDA AVULSA
Cr\$
Número do dia 0,60
Número atrasado do ano 0,80

As assinaturas podem ser tomadas em qualquer data e os prazos, de 1 ano ou 6 meses, são contados do dia imediato ao que constar do recibo.

As repartições públicas estaduais é concedido o desconto de 30% sobre o preço da assinatura.

Os funcionários públicos gozarão de desconto de 30% — mediante apresentação de comprovante, que é isento de selo e de reconhecimento de firma — assinado por autoridade competente.

RUA DA MOCCA, 1921

Autorização para funcionamento de cursos superiores

O governador Laudo Natel recebeu, do Ministério da Educação, comunicação de que foi encaminhado a despacho do presidente Médici decreto concedendo autorização para funcionamento do Instituto Superior de Mococa e do curso de licenciatura em ciências, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto.

Um segundo informe dá conta de que foi também proposto ao chefe da Nação o reconhecimento da Faculdade de Odontologia de Mogi das Cruzes.

A T O S LEGISLATIVOS

LEI N.º 44, DE 24 DE OUTUBRO DE 1972

Autoriza a Fazenda do Estado a contratar, com o Instituto de Física Teórica, a concessão de uso de imóvel situado na Capital
O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica a Fazenda do Estado autorizada a contratar, nos termos do artigo 7.º do Decreto-lei federal n.º 271, de 28 de fevereiro de 1967, com a Fundação Instituto de Física Teórica, sediada à Rua Pamplona n.º 145, gratuitamente e pelo prazo de 30 (trinta) anos, a concessão de uso de imóvel situado nesta Capital, com área de 36.944,02 m² (trinta e seis mil, novecentos e quarenta e quatro metros quadrados e dois décimos quadrados), destinado à construção da nova sede da entidade, caracterizado no Desenho n.º 3.250 da Procuradoria Geral do Estado, assim descrito e confrontado:

Inicia-se no ponto "Al=O", situado na divisa dos fundos do lote n.º 5 da Quadra 13, distante 4,24 m (quatro metros e vinte e quatro centímetros) da divisa do lote n.º 6 da Quadra 13 e a 37,76 m (trinta e sete metros e setenta e seis centímetros) do "N=1" que é o marco divisor das terras de propriedade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Do ponto "Al=O", segue em linha reta numa extensão de 263,73 m (duzentos e sessenta e três metros e setenta e três centímetros) cortando as ruas Grevília, Monjoleiro e Nogueira, confrontando com terrenos de propriedade da Imobiliária e Comercial Bussocaba Ltda. até o

ponto "B=L", situado nos fundos do lote n.º 35 da Quadra 16, e distante 5,70 m (cinco metros e setenta centímetros) da divisa do lote n.º 34. Do ponto "B=L", deflete à direita em ângulo interno de 50º 01', e segue em linha reta na extensão de 365,72 m (trezentos e sessenta e cinco metros e setenta e dois centímetros) cortando a Rua Grevília, e confrontando com terrenos de propriedade da Companhia Territorial Urbana Paulista até o ponto "C=N3". Daí, deflete à direita em ângulo interno de 45º 39', e segue em linha reta na extensão de 281,69 m (duzentos e oitenta e um metros e sessenta e nove centímetros) confrontando com terrenos de propriedade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo até o ponto "Al=O", início da presente descrição.

Artigo 2.º — Da escritura deverão constar cláusulas, termos e condições que assegurem a efetiva utilização do imóvel para o fim a que se destina e que impeçam sua transferência, a qualquer título, estipulando-se que, em caso de inadimplemento, será o contrato rescindido independentemente de indenização por benfeitorias realizadas.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei n.º 10.375, de 17 de janeiro de 1969.

Palácio dos Bandeirantes, 24 de outubro de 1972.
LAUDO NATEL
Oswaldo Müller da Silva, Secretário da Justiça
Ciro Albuquerque, Secretário do Trabalho e Administração
Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 24 de outubro de 1972
Nelson Petersen da Costa, Diretor Administrativo, Substituto